



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 03.03.2017**

3 Ao terceiro dia do mês de março de dois mil e dezessete, às 10h30min, no auditório
4 localizado no piso térreo do prédio situado à Rua Angélica, número 100, Jardim das Flores,
5 município de Osasco, realizou-se Reunião Ordinária da Congregação da EPPEN, *campus*
6 Osasco da UNIFESP, sob a presidência da Diretora Acadêmica, Profa. Dra. Luciana Massaro
7 Onusic. Compareceram: ▪ o Vice-Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon
8 Costa ▪ a Diretora Administrativa em exercício, Sra. Haluane Santana de Oliveira e,
9 também, a Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz, apesar de estar gozando férias; ▪ os chefes de
10 departamento: – de Ciências Atuariais: o vice-chefe, Prof. Dr. Danilo Braun Santos; – de
11 Economia: Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho; – do Eixo Multidisciplinar: Prof. Dr.
12 Mauri Aparecido de Oliveira; – de Administração: Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno; –
13 de Relações Internacionais: Profa. Dra. Fabiana Rita Dessotti; ▪ os coordenadores de cursos
14 de graduação: – Prof. Dr. Antonio Cordeiro Filho, de Ciências Atuariais; – Prof. Dr. Fábio
15 Alexandre dos Santos, de Ciências Econômicas; – Profa. Dra. Karen Fernandez Costa, de
16 Relações Internacionais; – Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet, de Administração;
17 Profa. Dra. Marina Mityio Yamamoto de Ciências Contábeis e Prof. Dr. Salvador Andres
18 Schavelzon, do Eixo Multidisciplinar. Ainda, os representantes: ▪ dos docentes, os
19 professores: Dr. Douglas Mendosa, Dra. Luciana Rosa Souza, Dr. Murilo Leal Pereira Neto
20 e Dra. Nildes Pitombo Leite; ▪ do Núcleo de Apoio ao Estudante - NAE: Profa. Dra.
21 Isamara Izepe de Souza; ▪ dos TAEs: Sr. Edmur Machado Silva, Sra. Marlene Rodrigues e
22 Sra. Rosângela Rocha da Silva; e ▪ dos discentes: Alan Almeida Miron Soldi e Mário
23 Henrique Camargo Maciel de Carvalho, respectivamente, representando os cursos de
24 graduação e os programas de pós-graduação. O Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira Filho
25 justificou ausência por estar em férias, e o Dr. Fabio Luis Barbosa dos Santos por participar
26 de atividade em instituição externa. A discente Jessica Franulovic Mendes dos Santos
27 antecipou que não estaria presente. Às 10h55, a presidente deu boas-vindas aos participantes
28 daquela primeira sessão do ano e tratou do **EXPEDIENTE** consultando os membros sobre o
29 documento que era simultaneamente projetado e, **por maioria dos votos, a ata da reunião**
30 **ordinária dia 03 de fevereiro de 2017 foi aprovada.** Então, convidou o vice-diretor para
31 dar início aos **INFORMES**. O Prof. Julio começou pelos **Informes da Diretoria Acadêmica:**
32 ▶ **Câmara de Graduação** – O professor lembrou que após a reunião da Câmara de
33 Graduação, ocorrida em 10 de fevereiro, o secretário daquele colegiado, Sr. Ricardo
34 Bertoldo, a pedido da Diretoria Acadêmica, tinha enviado dois documentos – um deles
35 relativo à elaboração dos projetos pedagógicos e outro sobre a revalidação de diplomas
36 estrangeiros – que deveriam ser discutidos na reunião do Conselho de Graduação, já no
37 próximo dia 15 de março. Solicitou, pois, a atenção de todos para a mensagem eletrônica
38 anexando tais documentos e recomendou sua apreciação pelos coordenadores e seus pares.
39 ▶ **Integralização de Prazos** – Com a palavra, a presidente elencou os processos deferidos
40 de pedidos de extensão de prazos protocolados pelas discentes Daniela Cristina Li e Rafaela



41 Camargo. Destacou o caso de Fernanda Mendes Sartori, que envolvia o trabalho do NAE e
42 era o único que não tinha sido atendido. Os três casos eram de alunas de Ciências Contábeis.
43 ► **Terceira Chamada para Matrícula** – A Profa. Luciana informou que a Secretaria
44 Acadêmica estava funcionando em horários diferenciados, no dia anterior e naquela data,
45 para poder atender a demanda das matrículas do sistema SISU, visto que ainda havia vagas
46 remanescentes a serem preenchidas. Sublinhou que já tinham sido registradas
47 aproximadamente 300 matrículas e, ainda, prometeu a encaminhar para os coordenadores os
48 números exatos por curso de graduação. Então, passou a palavra à Sra. Juliana Mateusa, que
49 falaria do panorama financeiro do ano através dos **Informes da Diretoria Administrativa:**
50 ► **Verba Recebida** - Ela noticiou que R\$ 140.000,00 tinham sido recebidos no dia anterior,
51 porém, em fevereiro nenhum recurso tinha chegado. Explicou que, dessa forma, o *campus*
52 tinha um mês “em aberto” e que, daqueles 140 mil reais recebidos, 90 mil reais seriam
53 empenhados para cobrir as contas que já estavam pendentes e o saldo de 60 mil reais seria
54 destinado ao pagamento dos serviços daquele mês, no entanto, o montante era insuficiente.
55 ► **LOA** - A Diretora Administrativa detalhou que o decreto de contingenciamento até o dia
56 30 de março de 2017 da liberação dos 1/18 da LOA, resultando em 33% de inexecução do
57 limite orçamentário anual, representava um mês das despesas de funcionamento do *campus*.
58 ► **Local da Zeladoria** – Ela comunicou a mudança do posto de trabalho da zeladoria
59 do terceiro para o segundo andar, justificando que aquela posição seria melhor para a
60 circulação dos trabalhadores, sendo “meio do caminho” e, também, para tentar evitar
61 incidentes como o furto de projetores recentemente ocorrido em duas salas de aula.
62 ► **Estacionamento** – Informou que o recadastramento dos usuários do estacionamento do
63 *campus* teria início na segunda-feira seguinte, dia 06 de março, e ofereceria identificação
64 válida por dois anos para os alunos e por prazo indeterminado para os servidores.
65 Assinalou que normas vigentes seriam divulgadas novamente, de forma mais ampla, e
66 anunciou que o setor administrativo tinha a intenção de providenciar cadastro informatizado,
67 em breve. Completou dizendo que cada usuário receberia um pequeno adesivo que,
68 afixado nos veículos, facilitaria o trânsito, evitando congestionamento nos portões de entrada.
69 Novamente com a palavra, a Profa. Luciana lembrou a manutenção básica feita durante o
70 período de férias e lamentou não ter sido possível arrumar o trecho de acesso ao
71 estacionamento da FITO. Informou que o trabalho a ser feito naquele trecho exige
72 maquinário pesado, portanto, a Diretoria Acadêmica estava consultando a prefeitura a esse
73 respeito. Acrescentou que o contingenciamento de recursos inviabilizava algumas demandas.
74 A Diretora Administrativa acrescentou que, mesmo não dispondo de recurso de capital,
75 o setor continuava trabalhando, encaminhando estudos das necessidades e buscando
76 recursos ou negociando auxílios para atender as demandas que se apresentavam. Não
77 havendo mais quaisquer outros informativos, a Profa. Luciana iniciou a **ORDEM DO DIA:**
78 **(1) CONCURSOS – Apreciação de Bancas Examinadores dos Concursos Públicos**
79 **para Professor Adjunto A, Nível I** – A palavra foi concedida ao Prof. Julio – presidente da
80 Comissão de Bancas, que havia se reunido um pouco antes naquele mesmo local e avaliado



81 todas aquelas propostas e já procedido alguns encaminhamentos – que apresentou e
82 submeteu aos conselheiros a composição das bancas que eram simultaneamente projetadas:
83 ► **Área: Direito, subárea Instituições de Direito Público** – aprovada por maioria dos votos;
84 ► **Área: Direito, subárea Direito, Constituição e Cidadania** – aprovada pela maioria;
85 ► **Área: Multidisciplinar / Formação Científica, subárea Métodos Quantitativos** –
86 Explicado que a Comissão de Bancas havia detectado que um dos candidatos inscritos nesse
87 certame era também candidato ao concurso de Economia Matemática, igualmente a ser
88 realizado no *campus* Osasco e na mesma data proposta pelo Departamento Multidisciplinar,
89 e, encaminhado que a composição estava aprovada e somente a data deveria ser alterada, o
90 mesmo procedimento foi adotado pelos membros da Congregação e, assim, **a composição da**
91 **banca examinadora foi aprovada por unanimidade, com a ressalva de que somente a**
92 **data seria ajustada. Em caso de qualquer outra modificação, a composição daquela**
93 **banca examinadora deveria ser submetida novamente a todos os demais trâmites.** A
94 pedido do coordenador do curso de Administração, Prof. Luis Hernan, foi invertida a ordem:
95 ► **Área: Administração, subárea Sistemas de Informação** – Após apresentação da
96 proposta de banca, previamente aprovada pela Comissão do Curso e pelo Departamento de
97 Administração, prevenindo qualquer indagação, o Prof. Julio reforçou que a Resolução 116
98 não apontava como conflito de interesses a composição tendo dois membros participado de
99 banca examinadora de mestrado ou doutorado de candidatos inscritos no certame. A Profa.
100 Luciana chamou à atenção para o fato de o Prof. Evandro ser do mesmo departamento que a
101 Profa. Márcia, restringindo a participação da professora unicamente em substituição ao
102 colega do mesmo departamento, de modo a não contrariar a Resolução 116. O Prof. Fábio
103 Alexandre, por sua vez, ponderou que a opção por indicar dois componentes nessa situação
104 ainda que considerada legal, tornava-a muito frágil e poderia gerar recursos que, mesmo
105 indeferidos, atravancariam o processo de suprimento do cargo. O Prof. Mauri concordou com
106 o colega, porém, justificou que aquele caso se configurava bastante peculiar, visto que o Prof.
107 Nicolau Reinhard, particularmente, era considerado um expoente na sua área e, dessa forma,
108 participava de inúmeras bancas examinadoras, o que, em sua opinião, enfraquecia a
109 eventualidade de qualquer influência sua nos resultados. Não havendo restrições normativas
110 que impedissem a participação do Prof. Reinhard ou do Prof. Gilberto Perez, como membros
111 do certame em que estava inscrita a candidata Sonia Rosa Arbues de Decoster, já examinada
112 por eles em outra situação, **a banca de Administração de Sistemas, colocada em regime de**
113 **votação, foi aprovada por maioria dos votos.** Então, passou-se para o concurso seguinte:
114 ► **Área: Administração, subárea Administração de Marketing** – O Prof. Julio explanou
115 que o concurso estava com inscrições abertas quando um professor substituto do *campus*
116 Osasco, que havia participado da reunião da Comissão de Curso que havia definido os
117 pontos, tinha se inscrito como candidato à vaga. Para fazer valer o princípio da igualdade, as
118 instruções da Procuradoria Federal e ProPessoas foram para substituição dos pontos e a
119 composição da banca examinadora sem a participação de docentes da Unifesp, apenas a
120 presidência seria exercida pela Profa. Jaqueline Luz. Após todas as recomendações seguidas
121 a Comissão de Bancas apurou que, também nesse caso, havia a coincidência de datas e de



122 candidatos. Portanto, recomendando o mesmo procedimento indicado para a área de
123 formação científica: a alteração da data. O professor também destacou que, na proposta
124 inicial de composição, também fora detectado que o Prof. Sergio Silva Braga Junior tinha
125 trabalho publicado com o candidato Carlos Francisco Vomittag e a solução mais simples
126 encontrada foi elevar a titular o Prof. Leandro Angotti Gissoni, inicialmente indicado como
127 suplente. E, com a supressão do nome do Prof. Sergio Braga, foi indicado o Prof. Ronan
128 Torres Quintão para suplência externa. A Profa. Luciana, então, solicitou que todos
129 auxiliassem na verificação de possíveis conflitos de interesse, especialmente os membros da
130 Comissão de Bancas. Retomando a palavra, o Prof. Julio sugeriu o mesmo procedimento já
131 estabelecido pelo colegiado em item anterior e, por maioria dos votos, **a banca da área de**
132 **Administração, subárea Administração de Marketing foi aprovada, condicionada às**
133 **alterações de nomes ali combinados, e, passível de alteração somente da data de**
134 **realização do certame.** A Profa. Luciana pediu para constar em ata que a Eppen não conta
135 com recursos suficientes para atender todas as expectativas das bancas examinadoras citando,
136 por exemplo, a dificuldade de oferecer transporte para todos os membros, dispo de
137 apenas dois veículos pequenos para suprir as demandas cotidianas e as necessidades dos
138 concursos públicos, algumas vezes realizados em datas coincidentes. Também quis registrar
139 que os organizadores das bancas deveriam ter em mente as limitações do *campus* e
140 recomendou sempre consultarem o setor administrativo antes de acordarem os termos com os
141 participantes. A Sra. Juliana acrescentou que o setor Administrativo procurava sempre
142 priorizar o trabalho das bancas, inclusive ajustando os horários dos motoristas terceirizados.
143 Frisou, no entanto, que o limite do turno dos terceirizados era 22 horas. Seguiu-se o ponto:
144 **(2) ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – Área:**
145 **Administração, Subárea: Administração Geral –** O Prof. Luis Hernan explicou a
146 necessidade de abertura do processo seletivo para contratação de professor substituto, pois, o
147 Prof. Marcelo Moll Brandão, que cobria a disciplina da Profa. Luciana enquanto no cargo de
148 Diretora Acadêmica, tinha sido aprovado em concurso público no Espírito Santo e pedira
149 exoneração. Depois de verificada a viabilidade de indicação dos aprovados em segundo ou
150 terceiro lugar, verificou-se que o processo realizado havia expirado havia poucos dias.
151 Diante disso, o Departamento de Administração solicitava abertura de novo processo
152 seletivo, aproveitando o mesmo edital anterior utilizado e no qual tinham sido realizados
153 apenas alguns ajustes, como a inclusão do tema Plano de Negócios como ponto a ser cobrado
154 no certame. Em regime de votação, **a abertura do processo seletivo simplificado da**
155 **área de Administração, subárea Administração Geral, foi aprovada por unanimidade.**
156 **(3) AUTORIZAÇÃO DE DEMANDAS DE INVESTIMENTO –** A Profa. Luciana
157 convidou a Sra. Haluane para apresentação da proposta encaminhada pela Pró-Reitoria de
158 Planejamento, a qual tinha sido enviada antecipadamente com a convocatória e era projetada
159 simultaneamente. A arquiteta iniciou sua fala apresentando os *slides* e explicando que, apesar
160 de o orçamento de capital ser distribuído pela ProPlan às Diretorias Administrativas para
161 cobrir as demandas permanentes, a ênfase no setor de infraestrutura era devida ao fato dessas
162 demandas terem um sistema de pontuação mais avançado. Acrescentou que os recursos



163 escassos não eram suficientes para cobrir todas as demandas e, por essa razão, a ProPlan
164 tinha elaborado aquela forma de ranqueamento para auxiliar a tomada de decisão. Sublinhou
165 que aquele instrumento de apoio não garantia a execução, mas servia de orientação para
166 análise das prioridades. Explanou as categorias constantes da apresentação (altamente
167 prioritário, prioritário, prioridade mediana e baixa prioridade), demonstrou a matriz e
168 discorreu sobre a forma de se tomar conhecimento daquele conteúdo e até de acompanhar o
169 *status* de cada demanda. Justificou que a opção do setor de infraestrutura tinha sido por
170 registrar as 10 demandas já aprovadas e as apresentou em ordem decrescente, uma a uma.
171 Frisou que alguns critérios eram mandatórios e não poderiam ser revisados. Ponderou, no
172 entanto, que a Congregação poderia alterar alguns outros se julgasse necessário, podendo
173 melhorar a pontuação da demanda de modo a alterar a faixa escalonada, de prioridade
174 mediana para prioritária, por exemplo. Explicou que essa possibilidade era encontrada no
175 critério “*prioridade para o campus*”. Também comparou que o critério “*quantidade de*
176 *recursos gastos*” não era tão flexível quanto o “*estágio da demanda*”, sendo o último bem
177 mais dinâmico, se desenvolvendo conforme a etapa e a cada parecer jurídico, assim,
178 demandas em fase de elaboração de edital pontuavam menos que outras já em fase mais
179 adiantada podendo até, determinar a mudança da faixa classificatória. Exemplificou:
180 ► **Campus Quitaúna** – A única demanda do *campus* Osasco apontada como altamente
181 prioritária, visto que as grandes obras obtém melhor pontuação – ainda que não contem com
182 recurso disponível – fato explicado pelo conjunto de critérios estabelecidos com maior peso;
183 ► **Acessibilidade e obtenção de AVCB** – Citou que tal reforma era necessária para
184 regularização das condições de acessibilidade e para obtenção do laudo do Corpo de
185 Bombeiros – ambos os itens obrigatórios por lei – e que era considerada relativamente grande
186 e fora categorizada como prioritária. Nesse momento, a presidente solicitou que a palavra
187 fosse concedida à Profa. Marina Yamamoto que queria pedir esclarecimento sobre a
188 pontuação, pois, não compreendia se os 64% atribuídos pela ProPlan para a demanda do
189 novo *campus* deveriam ser entendidos sobre o custo da obra estimado em 190 mil. A Sra.
190 Haluane respondeu que o índice de 64% era tão somente a nota atribuída para aquela
191 demanda e não percentual sobre qualquer valor, voltando alguns *slides* para apontar a
192 planilha colorida a que se referia aquela nota, constante da página 4 do documento que estava
193 sendo apresentado (Classificação/Faixa: Altamente prioritária = 70–100%; Prioritária = 55–
194 69%, Prioridade mediana = 40–54%, Prioridade baixa no momento = 25–39% e Não atende
195 critérios mínimos–desclassificação = 0–24%). Explanou que a obra do *campus* Quitaúna era
196 estimada em 71 milhões de reais, dos quais, de acordo com o cronograma, 43 milhões eram
197 previstos para o ano de 2017. No entanto, se não houver liberação dos 43 milhões no corrente
198 ano, a programação deve ser ajustada de acordo. A Profa. Luciana, então, ponderou que a
199 nota em porcentagem estabelecia apenas a prioridade da demanda para a ocasião do
200 recebimento de recursos de capital. O Prof. Bueno, por sua vez, perguntou se aqueles valores
201 constavam da LOA, ao que o Prof. Julio respondeu que a LOA ainda não havia sido aprovada
202 pelo Congresso e a Sra. Haluane acrescentou que a obra tinha registro no PPA (Plano
203 Plurianual), visto que ser condição imprescindível para início de qualquer obra de grande



204 porte. E a Sra. Juliana esclareceu que o orçamento já estava aprovado, informando que o
205 contingenciamento era sobre o limite orçamentário que estava em 50% dos 1/18 previstos.
206 A Profa. Marina lamentou que o orçamento aprovado não se revertesse em capital. A Sra.
207 Haluane resumiu que a ProPlan havia feito um grande esforço no ano anterior ao cadastrar
208 todas as demandas e solicitar ao MEC respectivo o orçamento que, se recebido apenas
209 parcialmente, atenderia as necessidades de acordo com o ranqueamento estabelecido
210 internamente. Retomando o tema das reformas obrigatórias, explicou que para obtenção do
211 AVCB o trabalho começaria do zero, pois, implicava em serviços de hidráulica, recuperação
212 da laje, instalação de guarda-corpo, entre outros. E, ainda, esclareceu que o prédio não
213 atingiria o grau máximo de acessibilidade sem a instalação de elevadores. Declarou que uma
214 possível política seria demonstrar proatividade e disposição, resolvendo o que estava ao
215 alcance do *campus* no curto prazo e ir trabalhando soluções para as questões mais complexas.
216 ► **Sistema de Iluminação** – A arquiteta informou sobre o cadastro de reforma para
217 adequações necessárias para atender às normas brasileiras de conforto, visando não
218 unicamente a preservação da saúde como, também, melhoria da eficiência energética.
219 ► **Moradia estudantil** – Mais uma grande obra também cadastrada como demanda do
220 *campus* Osasco – apesar do projeto ainda inacabado e de o recurso, estimado em 20 milhões
221 de reais, advir de outra fonte – porém, neste caso, identificada como prioridade média.
222 ► **Torneiras** – A troca das torneiras foi considerada necessidade média, apesar de fazer
223 parte do PLS – Plano de Logística Sustentável como ação para redução do consumo
224 de água. A ideia é a troca das torneiras antigas por equipamentos com economizadores.
225 ► **Impermeabilização** – Demanda também de prioridade média motivada por senso
226 de responsabilidade técnica. Apesar de causar grande incômodo, as goteiras ainda não
227 oferecem grandes riscos. E, ainda, respondendo ao questionamento da Profa. Marina Mitiyo
228 Yamamoto sobre o porquê de essa reforma não ser considerada como prioridade
229 máxima, explicou que, em razão de critérios já citados, como o estágio da demanda,
230 valor, impacto em vagas (capacidade de ocupação), entre outros, não é considerada urgente.
231 Então, com a palavra o Prof. Murilo compartilhou seu entendimento de que a ProPlan havia
232 estabelecido um ranqueamento de prioridades que era estabelecido para a Unifesp, portanto,
233 comparava as prioridades entre os campi. Ao que a arquiteta concordou, acrescentando que,
234 nesse sentido, o *campus* Osasco poderia interferir no grau de prioridade local. Então, o Prof.
235 Fabio Alexandre resumiu seu entendimento de que a ProPlan se encarregava de revisar a
236 pontuação atribuída pelo *campus* para as suas demandas, o que a Sra. Haluane reconfirmou.
237 ► **Estacionamento** – Necessidade também aferida como média. Foi explicado que,
238 paralelamente ao orçamento do setor de infraestrutura, a Diretoria Acadêmica tentava
239 conseguir auxílio da Prefeitura para se encarregar da reforma que exige maquinário pesado.
240 ► **Pintura Externa** – Ela explicou que esse serviço de conservação era rotulado como
241 sendo de prioridade baixa por implicar apenas em questões estéticas e de manutenção.
242 Apesar do alto custo, sua execução pode se dar em etapas e sem prazo definido para término.
243 ► **Quadra** – Necessidade de melhorias no piso considerado inadequado e até lesivo.



244 ► **Pintura interna** – Demanda de baixa prioridade, separada da pintura externa por ser
245 considerada menos relevante. Ainda, o serviço pode ser realizado aos poucos, item por item.
246 Por fim, a Sra. Haluane anunciou que demandas de outros setores não relacionados à
247 infraestrutura ainda estavam sendo cadastradas e suas respectivas matrizes vinham sendo
248 desenvolvidas, mas, não pressupunham pontuação. Nesse sentido, citou as seguintes
249 aquisições: de mobiliário para terminar os *layouts* previamente aprovados, de ventiladores,
250 de acervo para complementar a bibliografia básica, de equipamentos de informática
251 (computadores para os novos laboratórios e para os servidores ingressantes). O Prof. Bueno
252 parabenizou o setor Administrativo e estendeu o cumprimento à ProPlan pelo trabalho
253 criterioso e pela transparência. O professor também quis saber se os docentes poderiam
254 sugerir ou se os prazos para inserção de necessidades já havia se esgotado. Ele demonstrou
255 interesse em solicitar reposição de itens mais antigos, renovação da base de dados, troca de
256 computadores, aquisição de *softwares*, entre outros, sugerindo orçamento participativo, como
257 praticado na gestão anterior, para que as demandas acadêmicas pudessem ser contempladas.
258 A arquiteta explicou que a própria divisão de infraestrutura tivera pouco tempo cadastrar
259 aquelas demandas e também assinalou que os chefes de departamento tinham sido
260 consultados por mensagem enviada via correio eletrônico pela servidora do setor de compras,
261 Sra. Crys Raviani. Terminou concordando sobre a importância de as demandas serem
262 encaminhadas através dos trâmites regulares, assim, os setores responsáveis teriam
263 conhecimento delas e poderiam tentar cadastrá-las, especialmente as de maior volume. O
264 Prof. Bueno, então, sugeriu que fosse aberta a alternativa de acrescentar demandas adicionais
265 para serem consolidadas na próxima reunião do colegiado. Opinou, no entanto, que as
266 demandas menores também deveriam ser devidamente registradas para não caírem no
267 esquecimento. O Prof. Mauri assinalou que a palavra “mediana” não estava bem empregada e
268 que o escalonamento não era nítido. Em sua opinião, o termo poderia causar confusão com o
269 conceito estatístico de “mediana” e, portanto, sugeria a substituição por “prioridade
270 moderada”. Ele também perguntou se seria possível acrescentar colunas àquela planilha,
271 pois, tinha a intenção de cadastrar a instalação de aparelhos de ar condicionado, ao que a
272 arquiteta respondeu afirmativamente, apesar de sublinhar que a cabine primária não
273 comportaria os equipamentos que o professor pretendia pleitear. A Profa. Marina Yamamoto
274 questionou sobre a viabilidade de se angariar financiamento externo, vislumbrando a
275 oportunidade de resolver rapidamente as necessidades menos onerosas, citando a reforma da
276 quadra como exemplo. A presidente, então, disse que logo haveria uma resposta completa
277 para a questão das doações externas que vinha sendo estudada por uma comissão formada
278 pela Pro-Reitoria de Administração. O Prof. Julio, por sua vez, julgou que a aprovação
279 imediata daquele cadastro poderia conferir força às demandas do *campus*, conferindo melhor
280 pontuação. Chamou à atenção para o fato de que aquele cadastro se referia aos recursos de
281 capital, sendo objeto de longo prazo. Alertou que alguns pontos suscitados ali se referiam ao
282 custeio, que pressupõe gastos cotidianos. Ponderou que diante da conjuntura adversa, de
283 recursos escassos e frequentes cortes no orçamento *versus* infindáveis necessidades, ele
284 entendia que a ProPlan se dedicava a estabelecer prioridades com através daquele trabalho.



285 E, concordou que o *campus* definitivo era, de fato, item de máximo, em suas palavras
286 “prioridade das prioridades”, porque este sim não à toa, abriria muitas vagas e eliminaria
287 muitas das demandas debatidas. Terminou apoiando os encaminhamentos propostos, de
288 aprovação das demandas já cadastradas e a abertura para inserção de novas necessidades,
289 assim como as observações do Prof. Mauri a respeito das denominações. Então, a fala da
290 Profa. Luciana também esteve de acordo com o apontamento da obra em Quitaúna ser a
291 prioridade máxima, considerando que o edifício no Jardim das Flores seria devolvido à
292 administração municipal e demonstrou preocupação com angariamento de recursos para
293 decidir sobre as despesas menores, lembrando que no ano anterior foram recebidos 100 mil
294 reais a título de recurso extra, mas, que no corrente exercício ainda não havia qualquer
295 informação sobre valores descentralizados. A Sra. Haluane quis esclarecer que a aprovação
296 da Congregação e o cadastro das demandas não significavam diretamente melhor pontuação,
297 mas, era a forma de acelerar o processo e até poder avançar no trabalho, portanto, simpatizou
298 com as colaborações feitas até aquele ponto. O Prof. Mauri opinou que investir no prédio do
299 Jardim das Flores era também necessário, visto que dos vinte anos de concessão, apenas
300 cinco tinham transcorrido e, ainda, disse considerar importante não abrir mão de recursos ou
301 espaço. A Profa. Luciana, então, colocou em votação os encaminhamentos suscitados até ali
302 e **os conselheiros foram unânimes em aprovar:** ▪ **a planilha de demandas do *campus***
303 **Osasco, concordando com os grandes itens já cadastrados, conforme apresentação,** ▪
304 **considerando as alterações de nomenclatura como sugeridas pelo Prof. Mauri e que**
305 **seriam por ele encaminhadas por escrito para a Sra. Haluane para que ela as repassasse**
306 **para a ProPlan, responsável pela redação e, portanto, podendo acatar ou não tais**
307 **sugestões, e,** ▪ **abrir a possibilidade de inclusão de novas demandas (entendidas como**
308 **recurso de capital) a serem encaminhadas pelos departamentos para a Diretoria**
309 **Administrativa em tempo hábil para análise e deliberação da Congregação sobre a**
310 **ordem de prioridade, agendada para a primeira reunião subsequente. Ficou também**
311 **combinado que:** ▪ **uma mensagem de correio eletrônico seria encaminhada aos**
312 **departamentos reiterando essa chance de inserção de necessidades e estipulando prazo**
313 **para envio à Diretoria Administrativa, que se encarregaria de compilar as solicitações;**
314 **▪ as sugestões de adequações no texto deveriam igualmente ser informadas por escrito;**
315 **▪ a Congregação emitiria nota à comissão responsável pela a planilha informando:**
316 **► da necessidade do *campus* Osasco por maior prazo para inserir novas demandas na**
317 **planilha, cujos itens cadastrados já tinham sido previamente analisados e aprovados;**
318 **► sobre as sugestões de adequações de alguns termos utilizados no texto; e, por fim,**
319 **► solicitando recursos extras para despesas de custeio.** Assim, o ponto foi finalmente
320 encerrado e a presidente, depois de agradecer a apresentação da Sra. Haluane, prosseguiu:
321 **(4) COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA** –
322 Lembrando que, após longo e moroso trâmite – da elaboração do documento, cumprindo
323 várias etapas de apreciação (da comissão que redigiu o texto, dos colegiados do *campus* e da
324 Procuradoria Federal) até a aprovação pelo Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa – a
325 Câmara de Pós-Graduação (CmPOS) do *campus* Osasco poderia, finalmente, ser



326 composta, a presidente ofereceu a palavra ao Prof. Julio, que projetou o texto da proposta
327 elaborada pela Diretoria Acadêmica para instalação daquele órgão, enquanto ele a detalhava:
328 ► **Processo de Eleição dos Representantes** – Todos os seguimentos e instâncias
329 discriminados no item 2.1 do Regimento devem indicar seus representantes e suplentes por
330 mensagem eletrônica para as secretárias da Diretoria Acadêmica, em tempo hábil para serem
331 homologados como primeiro item da pauta da próxima reunião Ordinária da Congregação.
332 ► **Da primeira reunião da CmPOS** – O representante da Diretoria Acadêmica presidirá a
333 primeira reunião – com data sugerida 11 de abril – e contará com a composição
334 homologada pela Congregação em sessão ordinária do dia 07 de abril. Durante esse encontro
335 inaugural, o presidente elaborará a lista tríplice a ser encaminhada para homologação da
336 Congregação. Havendo questões urgentes a serem tratadas, a pauta da primeira reunião
337 poderá incluir também outros itens que serão continuados pelo(a) presidente da sessão.
338 ► **Da eleição do(a) primeiro(a) coordenador(a) da CmPOS** – O primeiro ponto de pauta
339 da primeira reunião da CmPOS deverá ser a elaboração da lista tríplice com os nomes
340 dos candidatos à coordenação do órgão. A Diretoria Acadêmica encaminhará a lista tríplice
341 para eleição a ser procedida em sessão ordinária da Congregação imediatamente subsequente.
342 ► **Da nomeação** – A Diretoria Acadêmica nomeará, através de Portaria Interna, a
343 coordenação eleita da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa – CmPOS do *campus* Osasco.
344 ► **Da indicação do(a) vice-coordenador(a)** – O(A) coordenador(a) eleito(a) presidirá a
345 segunda reunião da CmPOS, durante a qual indicará o nome de seu(ua) vice-coordenador(a).
346 O Prof. Julio também relatou que a minuta do regimento tinha sido aprovada por ampla
347 maioria no CPGPq – Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa, em reunião ordinária do dia
348 03 de fevereiro anterior e, em cuja ocasião, tinham sido feitos quatro apontamentos que
349 deveriam ser considerados, mas não necessariamente acatados, pela Congregação EPPEN:
350 ▪ **Artigo 4º** – Dos os apontamentos do CPGPq que se concentravam nesse artigo, um deles
351 tratava dos representantes dos órgãos complementares e a sugestão era que se incluísse um
352 inciso especificando que tal representação poderia ser exercida tanto por um servidor TAE
353 quanto docente. Foi citada a Biblioteca como sendo o único órgão complementar constante
354 daquele Regimento, a qual não abriga servidores docentes. Porém, no entendimento de todos,
355 poderia vir a abrigar e ser representada por um docente naquela Câmara ou em qualquer
356 outro colegiado. Outro apontamento versava também sobre inserir o termo docente no
357 enunciado referente à representação dos departamentos. Assim, havendo consenso entre
358 todos, **foi aprovada a inclusão do termo docente e de um inciso para os órgãos**
359 **complementares, ficando a redação do Artigo 4º assim: “VII – um representante docente**
360 **de cada departamento, eleito por seus pares.”** E, ainda, **“VIII – um representante, docente**
361 **ou TAE, dos órgãos complementares, eleito por seus pares”**. Os outros dois apontamentos
362 se referiam também à composição da CmPOS, no tocante ao coordenador e seu vice, pois, o
363 CPGPq considerou que havia que se definir os nomes que ocupariam tais posições. Dessa
364 forma, o encaminhamento do processo de eleição para definição dos primeiros
365 coordenadores, bem como a primeira reunião, precediam a instalação do órgão em questão.
366 ▪ **Artigo 9º – Das Competências** - O CPGPq sugeria especificar que o recursos de que



367 trata o inciso são interpostos por alunos, ficando a redação final assim “ **VII – Julgar, em**
368 **segunda instância, recursos dos alunos interpostos nos programas de Pós-Graduação;**”
369 Com a palavra, o Prof. Mauri ponderou que os componentes da CmPOS deveriam,
370 necessariamente, apresentar perfil ligado à pesquisa e disponibilidade para participar de
371 reuniões em instâncias decisórias, e não somente a preocupação com o aspecto político do
372 assento. E o discente Mário Henrique quis saber se seria apoiado pelos coordenadores de
373 ambos os programas de pós-graduação para, como representante discente da categoria, poder
374 ser o interlocutor de todos os seus pares e não somente da sua própria turma. O Prof. Julio
375 concordou, em tese, com as interpelações, no entanto, frisou que os elementos ali levantados
376 caberiam aos foros anteriores introduzirem. A presidente corroborou dizendo que os critérios
377 de representação naquela câmara seriam desenhados pelos detentores dos assentos, fossem os
378 departamentos ou os outros segmentos que comporiam o órgão. Acerca das alterações
379 sugeridas pelo CPGPq, o Prof. Bueno alertou que, independentemente dos ajustes no texto
380 mencionando componente docente ou TAE, a composição do órgão deveria sempre respeitar
381 a regra da proporcionalidade 70/15/15. Zelando pelo bom encaminhamento da questão, a
382 despeito de a deliberação não ter sido explicitamente pautada, a Profa. Luciana **consultou os**
383 **membros sobre as sugestões do CPGPq de adequações no texto, que foram**
384 **integralmente acatadas e, assim, aquela versão final do Regimento da Câmara de Pós-**
385 **Graduação e Pesquisa foi unanimemente aprovada.** Ela também pediu as considerações
386 dos conselheiros sobre a proposta apresentada pelo Prof. Julio e o Prof. Bueno foi o primeiro
387 a se manifestar e, após elogiar a pertinência da enunciação do colega, defendeu que o prazo
388 era um pouco exíguo para os segmentos se reunirem e indicarem seus representantes e
389 acabou sugerindo que os nomes fossem homologados na Congregação do mês de maio. **A**
390 **presidente consultou os membros em regime de votação e a proposta que indicava a**
391 **sessão do mês de maio recebeu dez votos e foi vencedora.** Quatro membros se abstiveram
392 e a proposta que indicava a reunião de abril recebeu seis votos. **Também ficou acordado**
393 **que as indicações de representantes deveriam ser encaminhadas até às 16 horas do dia**
394 **28 de abril, em tempo hábil para serem enviadas junto com a convocatória preliminar**
395 **da Congregação de maio. E, ainda, definiu-se que a primeira reunião da CmPOS se**
396 **realizará às 14 horas do dia 9 de maio de 2017, terça-feira.** Assim, seguiu-se o ponto:
397 **(5) CLACSO – Proposta de Associação da EPPEN ao Consejo Latinoamericano de**
398 **Ciencias Sociales** – A presidente concedeu a palavra à Profa. Luciana Rosa que informou
399 aos membros que apresentava aquela temática em razão de ter identificado crescente
400 demanda daqueles que trabalham com assuntos voltados para a América Latina – em especial
401 pesquisadores dos cursos de Relações Internacionais e Ciências Econômicas, bem como do
402 Eixo Multidisciplinar – de afiliação àquela rede internacional que congrega 587 instituições
403 de pesquisa e centros de pós-graduação em 46 países. Justificou que o trabalho do conselho é
404 muito amplo e destacou, principalmente, o intercâmbio de pesquisadores e pós-graduandos e
405 a criação de grupos internacionais de pesquisa, e, ainda o oferecimento de diversos cursos,
406 livros e publicações gratuitos e bolsas de estudo, sendo este último o item de maior interesse.
407 A professora explicou que o crescimento da pós-graduação levaria o *campus* Osasco a se



408 deparar mais vezes com esse tipo de necessidade, dada a escassez apoios financeiros.
409 Acrescentou que, em alguns casos, esse tipo de filiação envolveria custos, como era o caso
410 do Clacso. Ela também reconheceu que o assunto deveria ser pautado na Câmara de Pós-
411 Graduação e antecipou tal solicitação ao órgão – que tivera sua primeira reunião agendada
412 para o dia 09 de maio vindouro – pois, reconhecia ali a oportunidade de agraciar dois alunos
413 com bolsa, considerando as indicações de baixa demanda e, portanto, significando boas
414 chances para os mestrandos do *campus* Osasco. A Profa. Luciana alertou para a necessidade
415 de averiguação com o setor de convênios para evitar casos como o ANPAD, exemplo de
416 situação morosa e muito desgastante. O Prof. Mauri também recomendou checar com a
417 Procuradoria se o modelo de convênio disponibilizado pelo Clacso seria adequado, o que
418 poderia levar bastante tempo. A sugestão do professor foi o encaminhamento para a
419 Procuradoria antes de qualquer aprovação no *campus* que, no caso de rejeição das outras
420 instâncias, poderia significar perda de tempo. O Prof. Murilo ponderou que aquela demanda
421 não necessitaria se prender à apreciação da CmPos que ainda estava por se compor. Lembrou
422 que a Congregação fazia as vezes do órgão ainda não instalado. O Prof. Julio, por sua vez,
423 argumentou que havia a suspeita de que o *campus* Guarulhos já tivesse convênio com Clacso
424 e que Osasco pudesse aderir de forma simplificada. No entanto, essa hipótese não havia se
425 confirmado. A Sra. Juliana informou que o *campus* também contava com um servidor
426 dedicado a convênios, recomendando o Sr. José Viana Neto que, no momento, se encontrava
427 em férias. A presidente, então, encaminhou que o assunto fosse submetido à aprovação da
428 Procuradoria e análise do setor de convênios, de forma a evitar os problemas que ela própria,
429 o Prof. Mauri e o Prof. Bueno tinham enfrentado por conta do convênio ANPAD que levou
430 um ano e meio para ser firmado e ainda, eventualmente, era questionado. A secretária, então,
431 indicou o VOIP 8636 para que a Profa. Luciana Rosa pudesse tratar com a Sra. Sidneia
432 Macedo Pereira, da Coordenadoria de Convênios. Assim, a presidente passou para o item
433 **(6) CLEP** – A presidente compartilhou a solicitação da ProPessoas para inclusão de mais 2
434 membros TAEs de forma a completar a composição prévia da comissão que já contava com
435 Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz, como Diretora Administrativa (componente nato), Sr.
436 Milton Santo Silva, como representante da Divisão de Recursos Humanos (componente
437 nato), Sr. Edmur Machado Silva e Sra. Marlene Rodrigues, representantes eleitos por seus
438 pares e homologados pela Congregação. Havendo apenas 2 servidoras inscritas, não foi
439 necessário proceder votação e, assim, **a indicação das senhoras Maristela Bencici**
440 **Feldman e Patrícia Grechi dos Santos Barbosa para a Comissão Local de Estágio**
441 **Probatório foi unanimemente aprovada.** A Profa. Luciana prosseguiu tratando do ponto:
442 **(7) ESTUDO SOBRE SEGURANÇA NO CAMPUS OSASCO** – A presidente convidou
443 o Prof. Douglas Mendosa para compartilhar o estudo da Comissão para Análise Diagnóstica
444 e Apresentação de Proposta de Regulamentação dos Procedimentos de Segurança para o
445 *campus* Osasco. O professor iniciou sua fala explicando que os furtos de projetores ocorridos
446 no *campus* tinham motivado o mapeamento dessas ocorrências e de outras que porventura
447 tivessem sido registradas, uma vez que o levantamento de tais informações serviria como
448 orientação para o estudo e análise da situação. Explanou que a comissão teve o cuidado de



449 elaborar o relatório de forma ponderada, evitando desencadear pânico e perpetrar a sensação
450 de insegurança que, costumeiramente, é muito bem capitaneada por empresas de segurança
451 que vendem serviços como soluções mágicas. Continuou relatando que a comissão entendia
452 que o simples arrolamento das situações pontuais não seria suficiente para diagnosticar a
453 extensão de temas como aquele ou promover a necessária amplitude do debate que envolvia
454 não somente o *campus* local, mas toda a instituição e, tinha suas raízes na conjuntura do país
455 e suas implicações econômicas e sociais. Detalhou que a comissão desenhara um quadro
456 comparativo dos procedimentos da Unifesp, concluindo não haver um manual de segurança
457 específico ou regras claras, mas, tão somente procedimentos mínimos de proteção
458 patrimonial e gerenciamento de acesso. E, ainda, elencara 13 recomendações para equacionar
459 os problemas que desencadearam aquele estudo. Expôs que a questão ia muito além da
460 instalação de câmeras ou controladores de acesso, da elaboração de normas e procedimentos
461 internos, da capacitação e designação de TAEs para essa especialidade e concluiu que a
462 sistematização das informações era, no entanto, crucial para qualquer planejamento. O
463 professor discorreu sobre as sugestões, citando o custo estimado de 29 mil reais para a
464 instalação de catracas e, então, tratou do tópico das câmeras de segurança, o qual chamou de
465 sensível por suas muitas implicações. Apresentou tabela de valores apontando os custos
466 atuais com vigilância desarmada e a estimativa de 145 mil reais para compra e 185 mil reais
467 para locação de 24 câmeras. Ele lembrou que o *campus* definitivo já previa esse tipo de
468 monitoramento, o que deveria ser considerado em caso de aquisição de equipamentos para o
469 *campus* Jardim das Flores. Frisou que as sugestões constantes daquela apresentação não
470 deveriam ser entendidas como recomendações explícitas, mas, somente como informações a
471 serem consideradas quando da tomada de decisões. Sublinhou que a comissão não tinha
472 encontrado estudos conclusivos a respeito das vantagens e desvantagens da instalação de
473 câmeras de monitoramento, e que a efetividade dessa ferramenta não era comprovada.
474 Também, destacou que o colegiado deveria refletir sobre as questões relacionadas à
475 privacidade. A presidente agradeceu a apresentação e, respondendo à indagação do Prof.
476 Mauri sobre o papel da Congregação diante daquela exposição, ponderou que o assunto não
477 estava esgotado e, levando em conta que o auditório teria de ser liberado em minutos para
478 início dos trabalhos de matrícula, encaminhou que o tema se desdobrava em duas partes
479 distintas: a padronização de procedimentos de segurança, com a possível elaboração de
480 manual de práticas por uma nova comissão a ser formada, e, ainda, a deliberação acerca da
481 instalação de câmeras de monitoramento e/ou de catracas. A Sra. Juliana agradeceu o
482 trabalho dedicado da comissão que soube expressar as dificuldades enfrentadas pelo setor
483 administrativo responsável por operar o funcionamento do *campus* sem ter qualquer
484 normatização que pudesse nortear os procedimentos e conduta dos frequentadores e, por fim,
485 opinou que a decisão sobre a instalação de câmeras de monitoramento deveria se pautar,
486 também, em avaliação profissional. O Prof. Julio, por sua vez, cumprimentou a comissão
487 pela capacidade de elaborar com isenção um relatório sobre questões reconhecidamente
488 espinhosas e sugeriu que o ponto fosse retomado como primeiro item da pauta da reunião
489 seguinte, trazendo as orientações da comissão sobre o tratamento das questões de rápida



490 decisão separadamente daquelas que mereciam maior aprofundamento. **Houve consenso**
491 **sobre a proposta de encaminhamento do Prof. Julio e, assim, o Prof. Douglas ficou de**
492 **desembaraçar as questões de curtíssimo prazo daquelas de longo prazo e carentes de**
493 **debate amplo e aprofundado, que seriam objeto do primeiro item da pauta da reunião**
494 **subsequente.** A presidente encerrou os trabalhos às 13h55min e eu, Maristela Bencici
495 Feldman, lavrei esta ata.

496 Osasco, 03 de março de 2017.

497 _____
498 Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic

499 _____
500 Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa

501 _____
502 Sra. Haluane Santana de Oliveira

503 _____
504 Sr. Alan Almeida Miron Soldi

505 _____
506 Prof. Dr. Antonio Cordeiro Filho

507 _____
508 Prof. Dr. Danilo Braun Santos

509 _____
510 Prof. Dr. Douglas Mendosa



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/03/03/2017/Ord.

511 _____
512 Sr. Edmur Machado Silva

513 _____
514 Profa. Dra. Fabiana Rita Dessotti

515 _____
516 Prof. Dr. Fabio Luis Barbosa dos Santos

517 _____
518 Prof. Dra. Ismara Izepe de Souza

519 _____
520 Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz

521 _____
522 Prof. Dra. Karen Fernandes Costa

523 _____
524 Profa. Dra. Luciana Rosa de Souza

525 _____
526 Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

527 _____
528 Profa. Dr. Marcelo Soares de Carvalho



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/03/03/2017/Ord.

529

530

Profa. Dra. Marina Mityio Yamamoto

531

532

Sr. Mário Henrique Camargo Maciel de Carvalho

533

534

Sra. Marlene Rodrigues

535

536

Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira

537

538

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

539

540

Profa. Dra. Nildes Pitombo Leite

541

542

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno

543

544

545

Sra. Rosangela Rocha da Silva

546

547

Prof. Dr. Salvador Schalvezon



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/03/03/2017/Ord.

548

549

Maristela Bencici Feldman